

REFUGOS SOLIDOS E REFUGOS HUMANOS: catar lixo como prática de reinserção social de ex-presidiários

João Bosco Feitosa dos Santos – Universidade Estadual do Ceará -UECE
Gustavo Fernandes Meireles - Universidade Estadual do Ceará –UECE
Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel –Universidade de Fortaleza -UNIFOR

RESUMO

A crise do trabalho formal intensifica a prática de ocupações informais desafiadoras à dignidade humana, como a catação de recicláveis. Estima-se que haja em Fortaleza 8000 catadores nas ruas. Com baixa instrução, qualificação e história de vida e de trabalho marcadas pela exclusão, esses “refugos humanos” são reféns do desemprego e do discurso ambientalista e recorrem à catação como forma de sobrevivência e inclusão precarizante. Objetivando investigar as condições e organização do trabalho em depósito em bairro de classe media de Fortaleza que reúne egressos do sistema prisional, buscamos compreender como eles (re)constroem a identidade de trabalhador nessa atividade precarizante. Realizamos pesquisa bibliográfico-documental de caráter qualitativo privilegiando a etnografia, tendo como ferramenta a observação e entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram analisados com inspiração na “hermenêutica dialética” e subsidiados por dados do “Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do catador de materiais recicláveis de Fortaleza”, realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em 2006. Os trabalhadores, em geral, são de origem pobre, excluídos do mercado de trabalho formal e vistos como desocupados, perigosos e sujeitos. Ex-presidiários, esses homens se consideram peças descartáveis da engrenagem social em que tentam se re-incluírem. As relações dos catadores com a população e com o poder público é permeada pelo conflito e preconceito, agravando sua crise de identidade. As narrativas de precarização e precariedade da vida desses catadores, reciclados pela pena que cumpriram, indicam forte identificação com o refugio que catam, sobretudo, quando hostilizados nas ruas por carregarem lixo. Na tentativa de re-construção da identidade de trabalhador, alguns catadores admitiram responder aos preconceitos realizando pequenos furtos recorrendo ao uso de drogas o que demonstra fragilidade do sistema que os condenou a refugos humanos

1. INTRODUÇÃO

“Esse povo mais velho dizia que ia chegar
um tempo que o ser humano ia puxar carroça que nem animal.
Olha aí, é só o que a gente vê os cabras puxando essas carrocinhas, no meio do mundo”
(Catador da associação, 53 anos)

A crise do trabalho formal intensifica a prática de algumas ocupações informais desafiadoras à dignidade humana, como a catação de recicláveis nas ruas das grandes cidades. Reféns do desemprego e do discurso ambientalista, esses “refugos humanos” recorrem à catação como forma de sobrevivência e inclusão precarizante.

Considerando emprego como o trabalho inserido dentro de uma relação formal de troca e recompensa financeira firmado por um contrato, essa modalidade de trabalho ultrapassa uma mera relação técnica de produção, podendo ser vista como um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (SANTOS, 2000, p. 49). O emprego garante, portanto, um lugar social privilegiado, e na impossibilidade de sua prática os indivíduos buscam formas alternativas de sobrevivência pelo trabalho que nem sempre lhes permitem viver com dignidade. Um exemplo contemporâneo tem sido a catação daquilo que a sociedade produz em larga escala e rejeita: o lixo, refugio do consumo na era da descartabilidade.

Não obstante, a condição de trabalhador formal ou informal, não só possibilita inserção social, como também reforça a identidade individual e social por meio do exercício de determinadas atividades e do convívio com determinadas relações sociais que constituem o “modo de ser” (Sansaulieu, 1988) que qualificam os pares como iguais, mesmo sem desconsiderar as diferenças específicas dos indivíduos. Portanto a atividade laboral pode conferir valor social, reproduzindo o imaginário coletivo de valorização moral ao ser trabalhador.

O surgimento de indústrias de reciclagem, amparada na descoberta do lixo como potencial gerador de lucros e favorecido pelo crescente discurso ambientalista, tornou possível o crescimento de uma categoria de trabalho informal, há poucos anos bastante inexpressiva, constituída pela massa de trabalhadores rejeitados pela lógica do capital: o catador de lixo nas ruas dos centros urbanos.

A presente pesquisa teve por objetivo compreender o trabalho dos catadores de lixo, tendo duas situações distintas como objeto: os vinculados a depósitos (também chamados de avulsos) e aqueles organizados em formas associativas, identificando as condições e organização de trabalho e discutindo os impactos da precarização do trabalho na atividade de catação e suas repercussões na formação da identidade de trabalhadores.

Para tanto, a pesquisa foi empiricamente delimitada em um depósito de materiais recicláveis e em uma associação de catadores localizados em um mesmo bairro periférico da cidade de Fortaleza. Dessa forma, foram realizadas etnografias nos distintos locais de organização do trabalho de catação, realização de entrevistas semi-estruturadas com catadores do depósito e da associação visitados, acompanhamento da jornada de trabalho de um catador. O Estudo documental teve como principal fonte os dados estatísticos do *Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural dos catadores de materiais recicláveis de Fortaleza*, realizado pela Prefeitura Municipal (2006).

De antemão há que ser registrado a grande incidência de ex- presidiários entre os catadores do depósito. Provenientes do sistema prisional esses catadores não encontram possibilidade de inclusão no mundo do trabalho e buscam reiniciar sua inclusão social numa relação de trabalho estigmatizada e precarizada já que comparada a associação de depósitos mostram uma relação de constante conflito pelo exercício de poder exagerados dos donos que aproveitam-se do perfil e necessidade dos catadores para exercício de todo tipo de desmando

2. TRABALHO VOLÁTIL EM MODERNIDADE LÍQUIDA

O trabalho na sociedade contemporânea foi alçado a um patamar privilegiado em nosso sistema de valor, sendo de fundamental importância na construção da identidade social dos indivíduos. Mais do que sobrevivência, o trabalho, como já consignara Marx (1980), reveste-se de um caráter fundante à sociabilidade humana. O pensador alemão inaugurou a discussão científica do trabalho para além de sua concretude imediata, inscrevendo-o como um meio de construção de um componente *sui generis* entre os seres sociais: a dignidade. O trabalho não alimenta só o corpo, material e individualizadamente, sendo ainda uma forma de buscar uma inserção do sujeito enquanto ser social.

Marx (1978) entende o trabalho, em si, como um movimento dialético, e na medida em que o homem atua sobre as coisas, atua também sobre si:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza. [...] A atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica a sua própria natureza. (MARX, 1978, p. 148).

Sob a análise de Weber (2005), o trabalho passou, em algumas culturas, a ser tomado como instrumento de ascese, culminando no desenvolvimento de um modelo econômico fundado no trabalho racional compreendido como vocação, de forma que “a visão do trabalho como vocação tornou-se característica do trabalhador moderno” (WEBER, 2005, p. 133). O trabalho, portanto, inscreve o sujeito no mundo e o grava em um lugar social. Pode-se ir além, afirmando que o trabalho significa para o trabalhador uma forma de afirmar sua identidade por meio de atribuições individuais tangentes à realização da tarefa. Essa característica é ressaltada por Forrester (1997) quando afirma que “o trabalho é estruturante e estruturado no capitalismo contemporâneo, como uma espécie de *habitus* no sentido em que se refere Bourdieu”.

De fato, o contato com catadores de materiais recicláveis tornou possível a constatação da importância do trabalho para além de um meio de sobrevivência, considerando-

o também como uma atividade subscritora de sua cidadania. Nesse sentido, se tomarmos a acepção de cidadania pensada por Arendt (1995) podemos arriscar aduzir que na sociedade contemporânea o trabalho assegura a inserção do sujeito que trabalha num estado de albergue jurídico – ainda que somente potencial –, haja vista que sua referida centralidade no mundo social confere-lhe caráter de pedra angular no construto social que garante o “direito a ter direitos” (ARENDR, 1995, p. 22). Para a Autora a importância do *Homo Faber* no mundo contemporâneo leva a valorização do papel de trabalhador na constituição do “ser”

É, pois, o trabalho um caractere fundamental para o acesso à cidadania, que se contrapõe ao efeito marginalizante do ócio e da desocupação – muitas vezes forçados. Na fala dos catadores é possível constatar a freqüência dessa alusão: “Eu prefiro tá aqui, catando lixo, do que tá vagabundando ou roubando. Porque isso aqui é um trabalho!” (Catador de depósito, 38 anos). Reforçando a observação do catador, cumpre salientar que o ócio já é de há muito reprimido, inclusive com prescrições de severas cominações para os infratores dessa conduta considerada como tipo penal em legislações européias no século XVIII. Em severo descompasso com a história, ainda hoje a vadiagem é considerada um ilícito no Brasil, não mais como crime, mas como contravenção penal passível de punição prevista no Decreto-Lei nº 3.688, de 1941.

Ocorre que a despeito de todo o realce em torno do trabalho como um valor social, ele tem sido assazmente desafiado pelas dúvidas postas à mesa da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), notadamente as que põem em cheque a segurança das ocupações laborais e a certeza da solidez de uma carreira profissional. Em sua ponderada acidez, Bauman (2005) empreende relevante reflexão acerca do atual momento reprisado em todo o mundo e marcado por dispensas em massa, redução de postos de trabalho, e, por conseqüência, produção de refugio humano. Para o autor, esse refugio não é fruto do desemprego na forma como se compreendia, haja vista que anteriormente o desempregado cumpria a função de compor os exércitos industriais de reserva, e agora a desocupação forçada tende a não oferecer perspectivas. Dessa forma, afirma o autor que

os desempregados da sociedade de produtores (incluindo aqueles temporariamente “afastados da linha de produção”) podem ter sido desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era seguro e inquestionável. Na frente de batalha da produção, quem negaria a necessidade de fortes unidades de reservas prontas para a refrega quando surgisse a ocasião? (idem, p. 22)

A sociedade parecia repousar em certezas com as quais não se pode mais contar. Se uma boa formação assegurava boa ocupação, o atual momento aponta para um questionamento estrutural ao modelo de empregabilidade engendrado ao longo do século XX.

Na atual fluidez da vida social, aquilo que se afigurava um dever e fora alçado à categoria de direito, caminha para se configurar um quase privilégio.

No Brasil a partir de dados levantados pelo IBGE concernentes ao avanço do subemprego, cuja causa seria o aprofundamento da crise econômica e seus desdobramentos na periferia do epicentro.

A crise econômica empurrou, entre outubro de 2008 e janeiro passado, 88 mil pessoas para o subemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país, formando um contingente de 709 mil subocupados, de acordo com o IBGE. [...] No período entre outubro e janeiro, a subocupação acumulou alta de 14,2%. (SOARES, 2009)

Há que se reconhecer que a substituição da rigidez produtiva à flexibilidade após a crise de 1973, agravada pela crise do petróleo, fez com que elevado número de postos de trabalho fossem fechados, marcando a ruptura do paradigma produtivo fordista em lugar daquilo que Harvey (2006) chamou de acumulação flexível. Em seu bojo, o processo de reorganização produtiva trouxe a implantação de um sistema político e ideológico de retirada do Estado da execução e guarda de suas funções sociais, em claro retorno, agora com maior ênfase que outrora, a uma era de prevalência do livre mercado em detrimento dos sujeitos. Tal reestruturação tem provocado intensificação da informalidade e o aprofundamento da precarização das relações de trabalho (ALVES, 2007).

Todo esse contexto parece justificar o surgimento de novas (ou nem tanto) formas de trabalho precário como solução para o desemprego. Tais alterações estruturais são acompanhadas de mudanças no plano da proteção jurídica aos direitos sociais dos trabalhadores, cada vez mais fragilizados. Esse quadro gera verdadeiro mal-estar em uma sociedade que valoriza a produção e o trabalho, mas cujo elemento básico, o trabalho, vem se tornando cada vez mais escasso. Nesse ínterim, a flexibilização, ao mesmo tempo em que precariza o trabalho, reveste-se (ironicamente) como solução plausível para a crise do trabalho.

Diante da possibilidade de ser refugado do universo do trabalho, preferível que seja refugado do universo dos direitos do trabalhador. Assim é que muitos indivíduos se vêem sem escolha entre não ter trabalho (o que significa não ter um meio de subsistência) e exercer um trabalho precário. Nesses casos, como o dos catadores, a necessidade de sobreviver fala mais alto do que o leque de benefícios que um trabalho formal poderia oferecer.

Destacando-se os catadores avulsos de nossa pesquisa em maioria ex- presidiários, indagamos como o desenvolvimento de uma atividade considerada refugio da sociedade pode interferir na sua re-socialização e identificação com o produto que trabalham. De fato, concordamos com Jaques (1996) ao se referir que as estruturas sociológicas influenciam as representações que os indivíduos fazem de si, enquanto representação do eu. Ressalta, ainda, a

autora a associação do prestígio ou desprestígio social à qualificação e/ou desqualificação do eu a partir das especificidades próprias de alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais.

Nessa perspectiva, a necessidade de se ressaltar que a discussão da atividade realizada pelos sujeitos da catação insere-se num contexto em que se discute para além de trabalhos meramente informais, longe do albergue da legislação trabalhistas, submetido a longas jornadas e atividade extremamente insalubre. A precarização observada no trabalho de catação e no ambiente de trabalho permite defrontar-se com uma atividade laboral que violenta a (re)constituição do eu trabalhador pela subsistência a partir do que já foi refugado pela sociedade. É submeter-se à precarização estando já no limite máximo de precariedade.

3. O MERCADO DA RECICLAGEM

A análise dos dados levantados pela Prefeitura de Fortaleza (2006), juntamente com a experiência de campo, apontam a precarização do trabalho como fator primordial à atividade de catação, pois que surge como alternativa extrema a quem já buscou, sem sucesso, outras formas de ocupação remunerada. Todavia, não se pode olvidar que além da dificuldade de inserção no mundo do trabalho, fatores outros concorrem para a emergência dessa categoria laboral, tais como um substrato ideológico incentivado pelos discursos ambientais cada vez mais presentes – justificáveis ante o real estado de degradação do meio ambiente –, além da existência de uma forte indústria de reciclagem.

Nesse sentido, a catação de materiais recicláveis se inclui como o primeiro momento de uma longa cadeia produtiva e pode-se dizer que surge como a possibilidade de manutenção do sistema de vida global, como um meio de reencaminhar aquilo que fora subtraído da natureza.

A produção de lixo atualmente está intimamente associada ao forte estímulo ao consumo e à brevidade dos ciclos cada vez mais efêmeros de produção, consumo e desperdício. Layrargues (2002) chama a atenção à obsolescência planejada como incentivador do consumo e da produção de resíduos na medida em que os produtos são concebidos com vida útil que possibilite constante renovação, decorrendo em maior produção e novo consumo.

Segundo dados do IBGE (2000), o Brasil produz diariamente 228 mil toneladas de resíduos, porém, dessa quantia apenas 148 mil toneladas são coletadas. Desse enorme volume, somente 2,8% do lixo brasileiro chega a ser reciclado, indo 59% para os lixões.

A percepção de que o conjunto de atividades humanas é o principal fator de degradação do meio ambiente tem suscitado mobilizações as mais diversas, bem como

posicionamentos diferentes diante do complexo problema. Para as empresas, a proteção ao meio ambiente não pode desviar o foco da produção e do auferimento de lucros. A postura dos grupos empresariais e dos economistas que lhe dão suporte é de que seja possível chegar a um ponto ideal de desenvolvimento sustentável. Assim, muito embora o meio ambiente seja colocado em pauta, as taxas de crescimento não podem deixar de ser preconizadas. Se há alguns anos muitas empresas eram recalcitrantes na adesão ao desenvolvimento sustentável, hoje, cada vez mais, têm percebido os benefícios financeiros da adesão a métodos produtivos ambientalmente corretos. Tais benefícios associam, sobretudo, à agregação de valor à imagem da empresa; um bem intangível, mas com repercussões financeiras palpáveis (MEIRELES & SANTOS, 2008, pp. 160-162).

Nesse contexto, as tecnologias de reciclagem avançaram sobremaneira, contribuindo para um mercado pujante que movimenta grande volume de capital. Trata-se de um processo produtivo que conta com o apoio dos fornecedores da matéria-prima para esse rico mercado, os consumidores e produtores de resíduos. Reitere-se que nesse processo o interesse econômico tem prioridade em detrimento do interesse ambiental. Daí que muitas vezes, conforme defende Layrargues (2002), a reciclagem escamoteia seu cinismo. Esse autor denuncia que a propalada política dos 3 Rs (Reduzir, Reaproveitar e Reciclar) só tem sido hegemonicamente valorizada em seu terceiro aspecto, a reciclagem, relegando-se os dois primeiros, quais sejam a redução e a reutilização, a plano inferior. Assim, a valorização da reciclagem pelo sistema de produção de objetos e obsolescência planejada é uma forma de absorver os elementos compatíveis do movimento de proteção ambiental sem abandonar – ao contrário, incrementando – a lógica de produção e consumo exacerbados.

Apesar da existência de um mercado de reciclagem bastante desenvolvido no País e que movimenta altas cifras, grande parte do volume de material processado nas indústrias é colhido (casqueirado ou catado) por sujeitos que vêm nos primeiros elos da cadeia produtiva de transformação de resíduos, uma alternativa, ainda que extremamente precária, à falta de trabalho.

4. ENTRE A PRECARIÉDADE DA VIDA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A catação está presente em todo o mundo e o Banco Mundial estima que 1% da população urbana mundial sobreviva da coleta, separação e venda de materiais recicláveis, seja catando nas ruas, seja fazendo triagem ou ainda trabalhando diretamente em lixões (BONNER, 2008, p. 7). Levantamento da UNICEF do ano de 2000 (ABREU, 2001, p. 33) indica a presença de catadores de materiais recicláveis em 3.800 municípios brasileiros. O Movimento

Nacional Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que haja cerca de dois milhões de catadores no país, mas desse total apenas 200 mil fazem parte do movimento. Segundo pesquisa da Prefeitura de Fortaleza (2006), presume-se a presença de seis a oito mil catadores de resíduos sólidos recicláveis realizando seus trabalhos em uma Cidade que produz por volta de três mil toneladas de lixo por dia.

Essa população de trabalhadores do mundo precarizador da vida e das condições de sobrevivência organiza-se essencialmente sob duas formas: vendendo seu material para depósitos, donos de depósitos de sucata e materiais recicláveis, ou sob o modelo de associações ou cooperativas, em que os próprios catadores organizam-se autonomamente. Entre as formas associativas há movimentos de congregação de grupos cooperados, formando redes de associações (inclusive a nível continental e global), que discutem questões acerca do trabalho desses homens e mulheres, ampliando o poder de luta desses personagens e atuando fortemente no aumento da auto-estima desses indivíduos.

Os dados de um diagnóstico acerca das condições sócio-econômicas dos catadores na capital cearense, realizado pela Prefeitura de Fortaleza (2006), permitem traçar um perfil desses trabalhadores. Dentre os dados, chama a atenção o baixo nível de escolaridade entre os catadores: 95% deles concluíram, no máximo, o Ensino Fundamental e há um razoável percentual de analfabetos, 22,6%. Ainda acerca da escolaridade, o percentual dos que não estão estudando atualmente, 90,9%, é alarmante, notadamente por se tratar de uma população jovem. Dentre esses, 68% alegaram a necessidade de trabalhar como motivo de terem parado de estudar. Acerca da renda familiar, 71,4% dos catadores responderam que a principal renda da casa é de sua responsabilidade. O nível de pauperização dessa população de trabalhadores é ressaltado pelo expressivo percentual de 11,3% de catadores que obtêm alimento no lixo, reforçando a conclusão de que a catação surge como uma alternativa extrema à falta de meios de sobrevivência.

O alto índice de catadores que dizem ter-se iniciado nas atividades da catação por falta de emprego (82,8%) confirma a hipótese de que esses indivíduos, na grande maioria das vezes, inserem-se nessa atividade como uma alternativa ao desemprego. Dessa forma, são emblemáticas as falas dos catadores por nos entrevistados demonstrando ser a atividade de catação uma escolha pela falta de possibilidade de escolha (o que termina por lhe subtrair o caráter de escolha):

Tudo eu procurei trabalho, botava as conhecidas pra arrumar, mas não arrumou aí foi o jeito ficar aqui mesmo. (catadora da associação, 44 anos)

Vim pra catação porque não tinha outra coisa. Emprego hoje em dia não tem mais. Aí a catação foi a saída que eu encontrei pra continuar vivendo, né. (catador do depósito, 23 anos).

Eu sonhava em ser alguém na vida, né. Em ser um bombeiro, um doutor... mas não tive chance, fazer o quê né!? (catador do depósito, 38 anos).

Quanto ao carrinho com o qual trabalham, 58,6% utilizam o carrinho do deposeiro ou sucateiro, sendo que apenas 16% trabalham com carrinho próprio e 2,5% trabalham com carrinhos de cooperativa. Em relação ao comprador do material recolhido, 91% vendem-no para deposeiros ou sucateiros e apenas 7,9% vendem-no para cooperativas ou associações. Esses índices permitem inferir a grande dependência dos catadores para com os sucateiros ou deposeiros, que lhes emprestam carrinhos e aplicam preços inferiores aos aplicados nas cooperativas. A intermediação de atravessadores, como deposeiros, advém da necessidade de acúmulo de material numa quantidade suficiente para vender diretamente à indústria ou a atravessadores maiores. Assim, a relação com os deposeiros faz-se imperativa, porquanto o catador, sozinho, não tem como juntar grande quantidade de material além de deter pouco conhecimento dos aspectos logísticos da cadeia de reciclagem (MEDEIROS & MACÊDO, 2007, p. 80). Os deposeiros, portanto, estabelecem os preços e muitas vezes submetem o catador à sua dependência em troca do uso do carrinho, considerado entre os catadores, um objeto conferidor de *status* e de difícil obtenção dado o alto custo para o seu padrão de vida. Estabelece-se assim, uma relação autoritária que limita a possibilidade de venda do catador para outros depósitos, submetendo-se aos preços e condições impostos pelo deposeiro. Daí é que vários autores que diagnosticam o referido problema (MEDEIROS & MACÊDO, 2006; WILSON *et alli*, 2006; MEDINA, 2005) propõem o associativismo como alternativa à dependência ante o deposeiro.

Indagados sobre quais são as perspectivas pessoais de futuro, 6,7% crêem que continuarão catando materiais recicláveis; 51,9% responderam que vislumbram deixar a catação e exercer outra atividade laboral. Esses dados indicam o grau de insatisfação dessas pessoas com o seu trabalho degradante. Os números permitem delinear um perfil da categoria, marcada pela pobreza, pela baixa escolaridade, pela falta de opções de trabalho. São indivíduos que desenvolvem uma atividade extenuante, dada as longas distâncias e o elevado peso transportado por tração própria e sobre os quais recai forte estigma social.

5. A PRECARIZAÇÃO DA PRECARIIDADE

As etnografias realizadas em dois locais representativos das principais formas de organização do trabalho de catação (depósito e associação), além das entrevistas semi-

estruturadas, permitiram observar mais detidamente as condições de trabalho a que esses indivíduos estão submetidos, além de verificar que o processo de precarização associado à catação é precedido de condições de vida já precárias. Assim, a abordagem acerca das histórias de trabalho dos catadores, de ambos os locais, apontam remissões ao ingresso precoce no mundo do trabalho informal, ainda durante infância ou adolescência, que muitas vezes os impediram o acesso regular aos estudos. Já no início da vida, o trabalho surge como necessidade de manutenção básica. Os relatos permitem associar o início de sua história como trabalhadores precoces à atual condição de trabalhadores precarizados:

Meu primeiro trabalho na minha vida foi quebrar olho de carnaubeira no interior pra fazer ticum, fazer barbante. [...] Eu tinha uns oito anos. [...] Depois fui trabalhar de roçado. [...] Nesse tempo eu já tinha meus doze anos. [...] Depois é quando eu cresci e comecei a trabalhar em casa de família. [...] Depois fui trabalhar em marmitaria, e aí comecei a trabalhar de reciclagem. (catadora da associação, 44 anos)

Observa-se que esses trabalhadores conviveram com situações de precariedade no trabalho anteriores à experiência na catação, refletindo implicações diretas na inserção desses sujeitos no universo da catação. Nesse sentido, interessante perceber a incidência das reflexões de Alves (2007) nas questões sobre as quais nos debruçamos. O autor compreende precarização enquanto processo e precariedade como um estado, no contexto sócio-metabólico do capital. A precariedade é já uma condição sócio-estrutural característica do trabalho daqueles que vendem força de trabalho e estão alheios ao controle dos meios de produção. Dessa forma, a precarização seria um processo que aprofunda ou repõe a condição de precariedade do trabalhador, diluindo os obstáculos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX e albergados pelo *Welfare State*.

Na categoria profissional estudada, sobretudo so catadores ex-presidiários, é possível notar a existência de um estado de precariedade anterior ao trabalho da catação, caracterizado pela combinação de fatores – que ganha dinâmica própria em cada caso – tais como pobreza, baixa escolarização, trabalho precoce, experiência em trabalhos informais, participação de delitos e contravenções. Essas experiências não conferiram estabilidade nem proporcionaram uma melhor ocupação posteriormente.

A catação surge então na exigüidade de alternativas. E aí o que se pode observar é a retroalimentação de um ciclo que se inicia em um estado de precariedade corrente, que, com o trabalho de catação, é acentuado, dado o processo de precarização associado à atividade, que por sua vez aumenta ainda mais a precariedade. É obvio que não se pode generalizar a situação a todos os catadores; trata-se tão-somente de uma tipificação ideal do processo que pode ser assim esquematicamente sintetizado. Destarte, podemos tipificar a catação como uma

atividade mediadora entre dois estados de precariedade dado o processo de precarização a ela associado e que tem características e repercussões para além do aspecto material.

A relação entre as situações de vida e trabalho informal anteriores à catação como forças-motrizes ao início das atividades de catação ficam mais evidentes se levadas em consideração conjuntamente aos desejos desses sujeitos antes de começarem na vida de trabalho precário:

Sonhava em ser alguém na vida, né. Em ser um bombeiro, um doutor... mas não tive chance, fazer o quê né, irmão!?! (catador do depósito, 38 anos)

As falas corroboram os dados do diagnóstico da Prefeitura de Fortaleza (2006) acerca da necessidade de sobrevivência como motivação imediata para o início na atividade de catação, dentro de um contexto de vida marcado por uma trajetória instável e precária.

Nesta pesquisa e na realizada pela Prefeitura foram citados fatores motivacionais imediatos de ingresso na atividade, que podem vir associados a outros tais como a inexistência de patrão, a flexibilidade da jornada de trabalho, a liberdade decorrente dessas características; todavia, estes se afiguram como fatores secundários, não narrados pelos catadores como um fator-motriz inicial, senão como uma vantagem posteriormente descoberta.

Todavia, apesar das vantagens citadas pelos catadores, eles narram desvantagem acerca da propalada liberdade conferida pelo fato de não haver figura assemelhada a um patrão: “Mas é assim, se trabalhar ganha, se não trabalhar também não ganha, né. Isso é uma desvantagem porque o cara trabalhar tendo aquele ganho certo é melhor” (catador do depósito, 32 anos). A flexibilidade resultante do caráter autônomo do trabalho é também objeto de reflexão de Sousa & Mendes (2006, p. 33), para quem “essa flexibilidade tem um efeito perverso – a auto-imposição de longas e extenuantes cargas de trabalho, num esforço dos trabalhadores para aumentarem a renda auferida”.

É de se notar que as principais dificuldades apontadas estão relacionadas ao tratamento dado pela sociedade ao trabalhador da catação, a incerteza no ganho e a obtenção do material, cada vez mais difícil, segundo os catadores – também pela crescente percepção do potencial lucrativo do lixo –, além do cansaço e da eventualidade do ganho como um problema, o que termina por dificultar uma regularidade de renda que permita um planejamento de gastos mais preciso.

A desvantagem da catação é porque tem dia que não tem né. Às vezes o cabra anda, anda e não acha nada, aí vem embora sem nada. (catador da associação, 53 anos)

A expressão do desejo de exercer outra atividade e incluir nas perspectivas de futuro o exercício de atividade diversa da catação – desejo também endereçado aos filhos –, soma-se ao caráter de última alternativa da catação, reforçando a configuração da precariedade

a ela associada na medida em que reitera, a idéia de que a satisfação com o trabalho remanesce desde que não haja outra forma de garantir o sustento.

Eu gostaria de fazer outra coisa, né. [...] A chance que Deus me desse, um emprego mais digno, que todos nós sonha. (catador do depósito, 35 anos)

Eu espero que meus filhos não caiam nessa sorte de na minha idade, ter um trabalho desse. Eu espero que eles tenham um bom futuro na vida, um bom emprego. Porque isso aqui, num dá pra gente ir pra frente não, dá só pra quebrar o galho, pra frente dá não. (catadora da associação, 44 anos)

Dentre os fatores que dificultam a realização dos desejos de exercer outra atividade, é possível notar que são da mesma natureza daqueles que os levaram a entrar no universo da catação. O que denota uma perenidade da precariedade pretérita ao trabalho e seu exacerbamento ou, pelo menos, uma tão-só manutenção do estado de precariedade anterior por conta do processo de precarização associado à catação de resíduos. Vê-se, portanto, que o trabalho da catação não sanou os mesmos problemas que os dificultaram a entrada no mercado de trabalho, e que o ciclo supra explicitado termina, de fato, por se retroalimentar.

Quanto ao preconceito, há que se compreender que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis não passa ao largo de uma valoração social relacionada ao elemento nuclear da atividade, o lixo. Produto do descarte, destinado à inutilidade, associado à sujeira, aos expurgos da sociedade de consumo. Indubitável que outros elementos simbólicos, como a tração humana para puxar os pesados carrinhos por léguas a fio – que faz lembrar tração animal –, as roupas velhas, as mãos sujas, a pele marcada pela pobreza de quem precisou recorrer ao lixo para sobreviver ajudam a compor um quadro sobre o trabalho de catação que repercute diretamente na representação dos seus trabalhadores. Assim, a precariedade da situação em que o catador desenvolve o precarizante trabalho de catação interferem inclusive na imagem que o catador faz de si.

Tem gente que passa pela gente “bora, burro, puxa a carroça!”. Desse jeito, né, dentro dum carrozão importado. (catador do depósito, 32 anos)

As principais representações do preconceito sofrido pelos catadores associam o trabalho de catação à criminalidade e à sujeira nas ruas da cidade, por conta de os catadores serem considerados agentes que rasgam os sacos dispostos para o serviço de coleta de lixo.

Apesar do preconceito, os catadores também contam com a solidariedade durante suas jornadas de trabalho. Assim, há quem receba comida, objetos de uso pessoal ou doméstico. Os gestos de solidariedade, aos quais os catadores muitas vezes atribuem serem fruto da sorte ou da benção divina, são narrados em paralelo aos casos de preconceito, como que atribuindo a eles uma forma de compensação.

Tem gente muito boa, cara! É por isso que eu disse que no meio dos ruins a gente tira os bons... Compensa. (catador do depósito, 35 anos)

Não obstante todo o estigma sentido no cotidiano de trabalho pelos catadores, muitos estudiosos da temática apontam para sua importância como agentes ambientais e responsáveis pela coleta de boa parte do lixo urbano (MEDINA, 2007; ABREU, 2001). Os próprios catadores, sobretudo aqueles que têm a oportunidade de discutir acerca do seu próprio trabalho, notadamente os associados, salientam a relevância da catação para além da satisfação de suas necessidades pessoais, ressaltando a importância ambiental da atividade além da contribuição para a gestão de resíduos sólidos urbanos.

Os governantes têm que dar mais força num trabalho desse pra gente. É o que a gente mais precisa. Por quê? Se não fosse esse trabalhozinho aqui, esse trabalho de reciclagem, como era que tava a cidade? Carro de carregar lixo não dava de conta não! (catadora da associação, 44 anos)

Por esse viés, o trabalho de catador ganha uma relevância sócio-ambiental que não condiz com a precariedade do ofício e com a forma como seu trabalho é socialmente percebido. Daí que muitos autores (MAGERA, 2004; LAYRARGUES, 2002; MEDEIROS & MACÊDO, 2007) assumem uma posição mais crítica, questionando essa forma de inclusão rota que confere um *status* de importância ao trabalhador do lixo. Trata-se de uma inclusão perversa em que a atividade de catação é politicamente correta somente no que interessa sê-lo. Nesta senda, Medeiros & Macêdo (2007) convidam a refletir sobre a qualidade da inclusão que está sendo proporcionada a esses sujeitos que entraram no mercado de trabalho por vias oblíquas, ou seja, através de uma atividade laboral que não lhes assegura direitos sociais básicos. Por isso, as autoras afirmam que “o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza” (idem, p. 82).

Nesse sentido compreendemos com Berger e Lukmann (1966/2002) que a identidade pode se referir a inserção do sujeito no mundo e sua relação com o outro ao mesmo tempo que não perdemos de vista o caráter dinâmico e múltiplo que a identidade apresenta na medida em que não só o mundo do trabalho mas os indivíduos também se transformam mediante as condições materiais e históricas dadas (Ciampa, 1998; Santos 2001). Para Santos (2001), somos uma amálgama de sujeitos que se combinam em várias subjetividades a partir de múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas. Portanto, ser catador pode ser uma das únicas alternativas de inserção desses sujeitos no mundo, na perspectiva de retomar a relação com o *outro*, a partir de um trabalho precarizante e, sobretudo, estigmatizante.

6. PRECARIIDADE CONCRETA E DESPRECARIZAÇÃO SIMBÓLICA COMO ALTERNATIVA DE INCLUSÃO

O diagnóstico da Prefeitura de Fortaleza (2006), analisados conjuntamente com os dados e informações obtidos através das etnografias e entrevistas com os catadores, permitem concluir que as motivações imediatas para o início desse trabalho é a necessidade de manutenção material da vida. Mas diante dessa inflexão, podem existir estratégias (materiais e simbólicas) capazes de fazer frente à precarização da catação e seus efeitos na vida dos catadores? Inicialmente, cremos poder afirmar que a construção subjetiva de novas motivações ao trabalho é um forte indício de uma estratégia de defesa e mediação diante da precarização das condições em que o trabalho é realizado.

Os trabalhadores da catação, tanto aqueles organizados de forma associativa como os avulsos, lançam mão de várias estratégias ante a precarização do trabalho. Em meio à miríade de artifícios, podem ser citados a escolha da rota, que acompanha o caminhão de coleta de lixo e busca os lugares onde pode ser encontrado o “lixo rico”; a formação de laços de solidariedade com diversos atores sociais como seguranças, porteiros, bodegueiros, que permitem coletar materiais em estabelecimentos comerciais e condomínios, possibilitam alimentação ou um espaço para dormirem quando dos percursos noturnos. Formas que não estão apenas no campo objetivo, mas também de natureza subjetiva, como aquelas estratégias que buscam reconhecimento social ao trabalho desempenhado.

Porém, as estratégias que observamos como mais sólidas, porquanto não limitadas à esfera individual do catador, mas de cunho mais coletivo, são aquelas proporcionadas pela organização de grupos de catadores em formas associativas.

Conquanto o labor em ambos os locais seja exercido em condições precárias, os catadores associados gozam de melhores condições em relação ao ambiente de trabalho. Essas melhores condições são de cunho material, evidenciadas pelo melhor asseio na associação, pela existência de instalações sanitárias (inexistentes no depósito visitado), eletrodomésticos em bom estado que os permitem preparar refeições, locais para descanso, sala de reuniões, bem como existência de parcerias que garantem o aporte de grande volume de material sem que seja necessária a saída do catador etc. Contudo, há também uma série de diferenças que terminam por propiciar uma melhoria nas condições de trabalho na associação, tais como a participação em instâncias de discussão sobre os problemas ligados à atividade – além de amplas temáticas ligadas a pauta de atuação de diversos movimentos sociais –, formação de lideranças, conscientização política, maior autonomia no que tange ao processo produtivo do trabalho, laços grupais mais sólidos, de forma que os catadores representam a atividade não como um processo somente individual, mas inserido no contexto social de que fazem parte,

maior conscientização a respeito do trabalho que realiza, que ganha contornos de motivações para além daquelas imediatas que o fizeram inserirem-se na atividade.

Nas falas dos catadores sobre o trabalho associado ou avulso, é possível perceber a importância que se dá à autonomia do trabalho associado, além de outras características por eles elencadas:

Eu acho bom trabalhar é aqui, na associação. [...] É porque aqui, aqui já é da gente. Aqui é uma coisa que a gente somos associados, e nos outros cantos não é. [...] Eu não acho nada de melhor nos outros depósitos. (Catadora da associação, 44 anos)

A vantagem é porque você é mais bem visto. Você é mais respeitado. (Catador do depósito, 35 anos)

Pelo que eu já ouvi falar eu acho que a cooperativa é melhor. [...] Porque com certeza uma associação de catadores e tal tem uma farda, um cracházinho, é tudo organizado, no final do mês tem isso e aquilo. Tá, trabalho a quatro anos, parceiro, então quer dizer que se eu chegar hoje aqui, entregar esse carro a ele [deposeiro], eu saio com uma mão na frente e a outra atrás sem direito a nada. (Catador do depósito, 31 anos)

Um catador do depósito visitado ressalta aquilo que julga ser uma vantagem no trabalho associado que se relaciona justamente àquela restrita possibilidade de planejamento dos ganhos:

Trabalhar em cooperativa deve ser melhor, porque você ganha o seu dinheiro digno já sem se preocupar, né, que, não hoje eu vou ganhar tanto, eu vou fazer tanto. Não, já sabia o total que você ia ganhar pra pagar suas dívidas, suas coisas. (Catador do depósito, 38 anos)

Trata-se, portanto, de um conjunto de fatores materiais e simbólicos que atuam conjunta e dialeticamente no sentido de conferir uma desprecarização simbólica ao trabalho de catação. É, portanto, um movimento contraposto ao processo de precarização, caracterizado por atuar não apenas no cenário concreto da precarização, destacando-se os fatores de reconstrução da identidade desses sujeitos precarizados como trabalhadores a partir do auto-reconhecimento da importância do trabalho desempenhado, da inserção em grupos organizados, de formação social e política que terminam por repercutir materialmente na vida dos agentes.

Importante observar que há diferenças fundamentais nesse processo de identificar-se, na perspectiva de (re)construir identidade a partir da atividade laboral, quando o catador está associado a uma instituição minimante organizada, como estabelecimento de direitos e deveres, com normas que os fazem se sentirem trabalhadores cuja função é explicitada e introjetada por eles como “agentes ambientais”. Isso favorece a auto-estima e reforça o processo de desprecarização simbólica a que nos referimos. Porém, o catador avulso, cuja experiência de recém liberado do sistema penal na busca de reconstruir sua vida pelo trabalho, não consegue se imaginar agente ambiental porque suas relações de trabalhos são marcadas

por desinformação, efemeridade, corrupção e incentivo a contravenção (pagamento com droga, determinação do preço sujeito aos humores do dono do depósito e incentivo por estes a aquisição de produtos normalmente furtados, não achado necessariamente no lixo). Como poderão esses trabalhadores re-constituírem suas identidades de trabalhadores cidadãos, participantes de um ambiente social a partir de um trabalho lícito e, e sobretudo, introjetarem a noção de desprecarização simbólica?

Retomando as reflexões iniciais, temos que o trabalho é mais que uma forma de satisfação das necessidades materiais, sendo ainda responsável pela inscrição do sujeito em um lugar social. Mas conferir ao sujeito um lugar social estigmatizado é marcá-lo do estigma atribuído ao seu trabalho. Assim é que a associação do trabalho a valores tais como a defesa do meio ambiente, ora em voga, permite mitigar o estigma. Pensando com Goffman (1982), mais do que autonomia limitada à barganha de preço, a organização dos catadores, além da interlocução de experiências através de movimentos em nível local, nacional e global, permite aos catadores uma autonomia da representação que a sociedade tem construído sobre o seu trabalho. É, pois, uma forma de manipulação de uma identidade coletiva simbolicamente deteriorada, vez que o objeto do estigma não resta passivo diante da representação estigmatizante que se faz sobre ele, sendo também sujeito do processo de ressignificação de sua identidade para si e para outrem (idem, 1982).

Por outro viés, podemos ainda dizer que conferir um sentido ao trabalho para além do contido nas motivações primeiras e contingenciais dá ensejo a um relevante processo de ressignificação do trabalho que atua minimizando os efeitos desgastantes do trabalho. Assim, o trabalho passa a ser incrementado com um novo sentido (WEBER, 1999, p. 16) que culmina em um maior reconhecimento social do trabalho. Para Dejours (*apud* SOUSA & MENDES, 2006), o reconhecimento do indivíduo e de seu trabalho em âmbito social é relevante para ensejar um processo de mediação entre o sofrimento do trabalho em prazer pelo desempenho do ofício.

Não se pode perder de vista que a precarização é material e simbólica, portanto, seu vetor contrário, a desprecarização simbólica, deve atuar no mesmo sentido e em direção oposta, havendo uma constante relação de retroalimentação entre os seus aspectos materiais e simbólicos, ora como efeitos ora como causa. Ou seja, as melhores condições materiais verificadas na associação permitem a seus catadores abstraírem das necessidades tão-somente materiais, refletindo sobre outros aspectos relevantes em seu trabalho, culminando em positivos reflexos materiais. O processo ocorre também inversamente quando o sentimento de

grupo havido entre os catadores permitem-nos uma colaboração mútua que incrementa os ganhos coletivos e reforça os laços grupais.

Assim, tem-se que o lento e gradual processo de desprecarização simbólica estende seus efeitos no plano da materialidade, não se limitando à esfera subjetiva dos indivíduos, singularmente e socialmente considerada. Nesse sentido apontam as reflexões de Bourdieu, para quem os efeitos do poder simbólico têm repercussões concretas na vida dos indivíduos, permitindo por meio dele, “a obtenção do equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)” (2006, p. 14). Diante do exposto, o processo de desprecarização simbólica poderia ser assim representado, considerando-se o movimento dialético entre fatores materiais e simbólicos observados na associação tais como: melhoria de infra-estrutura do depósito; vínculo a projetos que multiplicam o aporte de materiais; realização de parcerias; maior apoio do Poder Público; menor incerteza de ganho; maior barganha de preço; redução das saídas às ruas. Por outro lado os fatores simbólicos corresponderiam a: Participação em instâncias de discussão sobre a atividade; inserção em grupos organizados; reflexão sobre a própria situação; melhor compreensão do trabalho inserido em uma complexa cadeia; ressignificação da atividade (importância para o meio ambiente e gestão de resíduos); maior autonomia; reconhecimento da identidade de trabalhador; interesse em lutar para melhoria de condições da sua situação de vida e trabalho

A intuição desses elementos faz com que se reconheça o trabalho e a luta por melhores condições não como uma causa individual, mas coletiva, e a frequência em instâncias de debate, permitem que o catador reflita sobre o seu próprio trabalho. Se o trabalho é fundamental na construção social e identitária dos indivíduos, trata-se, em última análise, de um importante processo de reconhecimento de si.

Sobre o reconhecimento do processo de luta por melhoria nas condições de trabalho, um catador da associação visitada, diferencia o contexto em que estão inseridos os catadores da associação em comparação aos colegas avulsos:

Aqui você sabe que você está lutando numa causa que não é só pra você. Tem o lado dos companheiros dentro da associação, tem o lado de você estar na convivência e no dia-a-dia com todo mundo, tem o companheirismo de todo mundo estar batendo papo, de estar jogando, estar conhecendo a realidade de cada um. [...] Eu acho que no depósito não tem isso não, porque lá você sai com a carroça e se manda. O deposeiro só está interessado em lucro pra ele. (Catador da associação, 33 anos)

Com a observação da desprecarização simbólica não se quer dizer que esses indivíduos, trabalhadores de um ofício socialmente estigmatizado e, de fato, extremamente precarizante, conseguiram reverter um quadro de precariedade que marca suas histórias de vida e estão relacionados com uma plêiade muito mais ampla de fatores. No mesmo sentido, esse

processo também não promove a equidade entre os catadores e os grandes empresários do lixo. É este um processo que tenta fazer, endogenamente, um movimento avesso àquela inclusão perversa, tentando conferir importância social ao trabalho de catação, ao mesmo tempo em que demarca diferenças de condições e organização do trabalho de uma mesma categoria que interfere demasiadamente na constituição da identidade de trabalhador e ser inserido socialmente: os catadores avulsos e os associados.

O que não se pode aceitar é atribuir a esse complexo processo o efeito (quase mágico e quiçá romântico) de assegurar a pronta inserção do catador em contexto de reconhecimento e garantia de seus direitos enquanto trabalhador e enquanto cidadão. Há que se compreender a desprecarização simbólica como parte de um amplo processo de conquista ativa de direitos, marcado por avanços e retrocessos e que deve ser guiado pelos próprios catadores, remetentes e destinatários dessas conquistas, a partir de processos de qualificação e organização compatíveis com a importância do trabalho que desenvolvem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a Ação*. Brasília: Caixa, 2001.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. (2002). *A construção social da realidade* (21. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1966)
- BONNER, Chris. Waste pickers without frontiers. *South African Labour Bulletin*. vol. 32, n. 4, out/nov 2008. Disponível em: < <http://www.wiego.org/papers/5334%20SALB%20Waste%20Pickers.pdf> >. Acesso em 22/02/09.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CEMPRE – Compromisso Empresarial Para a Reciclagem. Sítio virtual com informações sobre reciclagem, empresas eco-eficientes, cotação do lixo. São Paulo. Disponível em: < <http://www.cempre.org.br> > Acesso em: 14/03/09.
- CIAMPA, A. da C. (1998). Identidade humana como metamorfose: A questão da família e do trabalho e a crise de sentido do mundo moderno. *Interações*, 3(6), 87-101.
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo, UNESP, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HALL, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade* (5. ed.). Rio de Janeiro, RJ: DP&A

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 16/02/09.

JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável (1996). Em: TAMAYO, Á. (Ogs.), *Trabalho, organizações e cultura* (pp.41-47). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. de S. (orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. p. 179-219. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGERA, Márcio. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade. São Paulo: *Administração em pauta*, ano II, n. 3, jan-jun, 2004.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. in: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MEDEIROS, Luiza Ferreira de Rezende; MACÊDO, Kátia Barbosa. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 3, n. 2, p. 72-94, mai-ago, 2007.

MEDINA, Martin. *Waste Picker Cooperatives in Developing Countries*. Paper prepared for WIEGO/Cornell/SEWA Conference on Membership-Based Organizations of the Poor, Ahmedabad. India, 2005. Disponível em: < http://wiego.org/ahmedabad/papers/final/Medina_MBOP.doc >. Acesso em 21/03/09.

MEIRELES, Gustavo Fernandes; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. De refugos humanos a alquimistas de refugos materiais: catadores de materiais recicláveis em Fortaleza. In: ARAGÃO, E. F.; FREITAS, G. J. *et alli*. (orgs.). *Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade*. Fortaleza: EdUECE, 2008, pp. 157-182.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC. 2000.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Sítio virtual oficial do movimento. Disponível em: < <http://www.movimentodoscataadores.org.br> >. Acesso em: 17/03/09.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Global Employment Trends*. Genebra: OIT, 2009.

OIT: Desemprego no mundo registrou recorde histórico em 2006. UOL Notícias. São Paulo. 24 jan. 2007. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/01/24/ult1767u84851.jhtm> >. Acesso em 04/03/09.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS e INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS. *Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do(a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-CE*. Fortaleza, 2006.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. *O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume; Fortaleza Secretaria da Cultura e Desporto do Governo Estadual do Ceará, 2000.

SOARES, Pedro. Crise empurra 88 mil para o subemprego. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Dinheiro, 08 mar. 2009.

SOUSA, Cleide Maria de; MENDES, Ana Magnólia. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativados no Distrito Federal – estudo exploratório. In: *Psicologia: Organizações e Trabalho*. V. 6, nº 2, jul./dez. Florianópolis: UFSC, 2006.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. 4 ed. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

WILSON, David; VELIS, Costa; CHEESEMAN, Chris. Role of informal sector recycling in waste management in developing countries. *Habitat International*, n. 30, Vancouver, 2006. pp. 797-808.